
RETÓRICA E SOCIEDADE: A VALORIZAÇÃO DA MULTIDIMENSIONALIDADE*

Moisés Olímpio Ferreira

QUALQUER breve pesquisa a respeito da Retórica e da Argumentação concluirá que uma e outra têm sido, ao longo do tempo, objetos de diversas perspectivas teóricas que as enfatizam de modos bem distintos, ora como ação pelo próprio mecanismo linguístico, ora como ferramental persuasivo situado no discurso de um orador com o fim de influenciar, ora como objetos em que se focalizam os aspectos informais do raciocínio lógico com avaliação dos possíveis modelos normativos de raciocínio numa dada situação, ora como um conjunto de elementos pelos quais se estabelecem critérios e um código de conduta na interlocução, ora como fontes de dados averiguáveis a partir das atividades cognitivas subjacentes pautadas na lógica natural, ou da pragmática interacionista, ou da ação pragmática sociológica, ou do ponto de vista ontogenético da psicolinguística etc.. Enfim, como bem observou Plantin:

As pesquisas nesse domínio desenvolvem-se nos mais diversos campos disciplinares: os recentes trabalhos são concernentes à linguística (linguística da língua, da enunciação, das interações) e também aos campos tradicionalmente ligados à argumentação, como a lógica e a retórica, e à dialética, como o direito e a filosofia da linguagem e do diálogo e a sociologia e a psicologia, como as ciências políticas, as ciências da comunicação e da cogni-

ção... Certamente, seria preciso não esquecer os trabalhos em didática da argumentação. (...) Esses diferentes domínios não têm, forçosamente, a mesma definição de argumentação e os mesmos métodos de trabalho. (...) O domínio dos estudos da argumentação não está estruturado por alguma coisa que lhe sirva de 'paradigma'; para que se pudesse chegar a um paradigma, seria preciso um mínimo de diálogo teórico – diálogo que obviamente não significa acordo, mas, ao menos, uma forma de partilha dos objetos, dos métodos, ou mesmo das problemáticas –, o que não existe até o momento. Na atual situação, cada obra constitui-se como paradigma (2001, p. 71-92) Nossa tradução para: "Les recherches dans ce domaine se développent dans des champs disciplinaires les plus divers : les travaux récents touchent à la linguistique (linguistique de la langue, de l'énonciation, des interactions), mais aussi à ces champs traditionnellement liés à l'argumentation que sont la logique la rhétorique et à la dialectique, le droit et la philosophie du langage et du dialogue ; mais aussi la sociologie et la psychologie, comme les sciences politiques, les sciences de la communication et de la cognition... ; et il ne faudrait certainement pas oublier les travaux en didactique de l'argumentation. (...) ces

*In. Piris, E. L. & Olímpio-Ferreira, M. (org.) (2016). *Discurso e Argumentação em múltiplos enfoques* (pp. 27-42). Coimbra: Editor Grácio.

Moisés Olímpio Ferreira: Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo. E-mail: moisesolim@usp.br

© 2018, Moisés Olímpio Ferreira.

© 2018, Universidade da Beira Interior.

O conteúdo deste artigo está protegido por Lei. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação da totalidade ou de parte desta obra carece de expressa autorização do editor e do(s) seu(s) autor(es). O artigo, bem como a autorização de publicação das imagens, são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

différents domaines n'ont pas forcément la même définition de l'argumentation et les mêmes méthodes de travail. (...) le domaine des études d'argumentation n'est pas structuré par quelque chose comme un 'paradigme'; pour qu'on ait affaire à un paradigme, il faudrait un minimum de dialogue théorique – dialogue ne voulant certainement pas dire accord, mais au moins une forme de partage des objets, des méthodes voire des problématiques, qui n'existe pas pour le moment. En l'occurrence, chaque oeuvre se constitue en paradigme.”.

Não temos a pretensão de fornecer dados que expliquem ou exemplifiquem os muitos paradigmas teóricos, já que isso exigiria um espaço muito maior do que este e, certamente, as discussões não chegariam à profundidade que pode ser encontrada nas respectivas obras fundantes. Partimos da simples ideia de que o centro das atenções da Retórica-Argumentação não pode ser desconectado das dimensões social e contextual e, portanto, encontra-se vinculado ao mundo sociológico, regido pela contingência, pela incerteza, pela multidimensão, em que, baseada no ferramental possível de persuasão, urge a tomada de decisão, dadas as condições de delimitação impostas pela “corrida contra o relógio”.

Antes de prosseguirmos, é preciso abrir um parêntese. Para efeito de simplificação, trataremos, de modo integrado, a Retórica e a Argumentação, sem que isso signifique que possam ser entendidas, de modo natural e unitário, como disciplinas idênticas. Perelman e Olbrechts-Tyteca as unificam, como se vê no próprio título: *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica*; Michel Meyer, por sua vez, chega mesmo a propor explicitamente a unificação das disciplinas: “Hoje em dia, não se pode mais privilegiar a argumentação em desfavor da retórica, ou o contrário, e é realmente necessário unificar a disciplina” (2007, p. 33)², a fim de que se evite o privilégio de uma sobre a outra. Entretanto, Grácio contrapõe e justifica:

Ao designar a sua teoria da argumentação como uma “nova retórica”, Perelman optou por uma identificação entre argu-

mentação e retórica. Como estratégia e como ponto de partida essa opção é aceitável. Contudo, um aprofundamento e continuação do seu pensamento exigiria que se procedesse a uma distinção entre argumentação e retórica, distinção cujo critério seria o seguinte: identificar o termo “argumentação” com o termo “retórica” sempre que se trate de discurso, escrito ou falado. Dessa forma, sempre que se escreve ou fala, também se argumenta e se faz retórica. Distinguir argumentação e retórica quando a ação comunicativa exercida sobre nós não depende exclusivamente do discurso: desta forma, há uma retórica das imagens... há uma retórica da moda... há uma retórica da violência... (Grácio, 1993, p. 11).

Retornando à discussão, a primeira pergunta que propomos pôr em destaque não é *O que é Retórica-Argumentação?* em razão de que inúmeras respostas já lhe foram e continuam sendo dadas nas incontáveis páginas que a estudam, mas, sim: *Onde está a Retórica-Argumentação?*

Para tentar responder a essa questão, partimos do que Wayne Brockriede (2009) escreveu em seu artigo intitulado *Where is argument?* O autor situa a Argumentação na proximidade das pessoas e das atividades humanas; ela está ligada à dimensão problemática com que os assuntos são perspectivados. Para Brockriede, “...os argumentos não estão em proposições, mas nas pessoas”, isto é, “...as pessoas encontrarão argumentos na vizinhança de pessoas” (p. 14), ou seja, eles não são entidades abstratas, mas recursos que possibilitam a interação numa dada interlocução social, situada e perspectivada; como somente pessoas podem se servir da argumentação, encoraja-se a “...que se considerem as escolhas conceptuais das pessoas relevantes” (idem). Definindo a “visão descritiva da argumentação como uma co-construção levada a cabo por duas instâncias dotadas de iniciativa argumentativa”, Grácio dirá que ela “põe a tônica não apenas na competência de produzir organizadamente um discurso mas também, e de uma forma fundamental, na capacidade de ouvir, o que implica ver na argumentação algo mais do que um diálogo

² Meyer (2007, p. 27-8), porém, reconhece que não se está diante do mesmo fenômeno, porque é possível diferenciar as disciplinas pela maneira como elas tratam do que está em questão: “a grande diferença entre a retórica e a argumentação deve-se ao fato de que a primeira aborda a pergunta pelo viés da resposta, apresentando-a como desaparecida, portanto resolvida, ao

passo que a argumentação parte da própria pergunta, que ela explicita para chegar ao que resolve a diferença, o diferencial, entre os indivíduos”. Assim, na Retórica, explicita-se somente a resposta, deixando a questão implícita; na Argumentação, mostra-se a questão, começa-se por ela para torná-la clara ou para conseguir cooperação do auditório em sua solução.

de surdos ou um debate imóvel” (Grácio, 2009, p. 103).

Além disso, como os argumentos encontram-se nas pessoas e são o que as pessoas pensam que eles são, toda argumentação está situada em perspectivas, em modos de ver e de fazer ver, estando, portanto, sujeita a mudanças e a filtros conceptuais. Trata-se, portanto, de um conceito aberto, sujeito às intempéries que escapam ao controle da lógica demonstrativa, como a própria vida.

Indo ainda mais além, Brockriede entende a Argumentação de forma bem elástica, podendo ser definida como um “...quadro de referência que pode potencialmente ser relacionado com qualquer tipo de empreendimento humano...” (2009, p. 14 – grifos nossos), ainda que outras perspectivas possam ser-lhe aplicadas e que nem toda comunicação possa ser tomada por uma argumentação. Nesse sentido, não há discurso neutro, embora isso não seja sempre evidente, já que o “parecer neutro” pode ser justamente um recurso retórico.

É, porém, na dimensão do problemático que a presença da Argumentação é mais evidente. Michel Meyer, em sua *Teoria da Problematividade*, entende que falar ou escrever suscita questões que exigem respostas, de modo que a interrogatividade é o traço mais característico do homem ao articular a razão e a paixão no uso da linguagem. De fato, as questões surgem entre nós, com motivos, não necessariamente explícitos. É nessa dimensão do controverso que a negociação argumentativa surge para trazer respostas possíveis às inquietações produzidas por nossas questões, estando estas implícita ou explicitamente formuladas. Se argumentamos, é porque o ponto de partida do discurso é necessariamente uma diferença.

Nesse sentido, a Retórica está presente na simples linguagem quotidiana, já que “sempre somos uma pergunta para o outro” (Meyer, 2007, p. 30), de modo que a negociação para redução das distâncias tem lugar até mesmo em um simples cumprimento automático ou nas fórmulas de polidez que procuram

amenizar o aspecto agressivo que possa decorrer do fato de nos dirigirmos a ela (uma pessoa) como que mirando um alvo, e de por vezes nos impormos a ela unicamente pela presença corporal. (...) Numa expressão de polidez, tentamos ser agradáveis para ele (o outro) e minimizar a agressividade potencial que toda diferença implica (Meyer, 2007, p. 30).

Entretanto, se, por um lado, são as questões

que se levantam entre as pessoas que dão origem ao processo argumentativo, por outro lado, a dimensão do problemático deverá receber parâmetros para que o processo retórico-argumentativo possa existir.

Brockriede defende que a Argumentação encontra-se na “...lógica variável do mais ou menos...”, ou seja, “...se uma argumentação não é suficientemente problemática...” ou se há “...excesso de problematidade” (2009, p. 15), não haverá argumentação. Ignora-se, portanto, o trivial e o definitivo. Noutros termos, o autor a situa na “zona média do *continuum* do mais ou menos de uma lógica variável e não de uma lógica categorial” (op. cit., p.17).

O mundo da contingência situa-se nessa zona intermédia. Quanto maior for a incerteza da resposta à questão (sem que se tenha atingido o excesso de problematidade e, portanto, o definitivo), maior será a necessidade de argumentação. Como a imposição de tomar decisão diante do contingente sempre ocorrerá quando a questão estiver permeada pela dúvida (seja porque não conhecemos a resposta, seja porque não temos os meios para resolvê-la), quanto mais certa for a causa, menor será essa imposição, e quanto mais ela inspirar imprecisão ou for ambígua, mais alternativas existirão e mais deliberação se exigirá:

Quanto mais incerta uma questão for, menos se reduzirá a uma alternativa e mais abrirá um espaço de alternativas múltiplas. Já não se trata então de aprovar ou desaprovar, de julgar uma questão que conseguimos reduzir a uma alternativa ou outra; agora convém decididamente encontrar a resposta mais útil, a mais adequada entre todas as possíveis e até mesmo criar a alternativa (Meyer, 1998, p. 35).

É inclusive essa condição de variabilidade interrogativa que constitui os gêneros da sociedade grega antiga, estudados pela velha retórica e, por isso,

no género deliberativo, *a priori* ninguém é depositário do juízo resolutorio a não ser por autoridade, natural ou institucional. Este problema existe mesmo em matéria judiciária, mas menos acentuado que precedentemente, porque há regras de juízo, entre outras coisas fornecidas pelo direito. Finalmente, existe um último caso: o louvor, o elogio fúnebre, ou seja, quando

se coloca uma questão que não é verdadeira ou radicalmente problemática, pois a resposta está lá, oferecida à disposição (Meyer, 1998, p. 34-5).

O quadro sintético proposto por Meyer (1994, p. 52), que a seguir reproduzimos, bem situa esses gêneros em relação a essa variabilidade que os caracteriza:

LOGOS	problematicidade	resolução
	↑↑	→
	Problematicidade máxima	questão duvidosa, sem critério de resolução
	grande problematicidade	questão incerta, mas com critérios (o direito, por exemplo)
	fraca problematicidade	questão resolvida
PATHOS ETHOS		
		deliberativo (o debate político)
		útil
		decisão
		judiciário (o processo)
		justo
		juízo
		epidíctico (o elogio fúnebre ou a conversação cotidiana)
		verossímil
		adesão

É perceptível que a organização e o funcionamento estão baseados sobre a articulação *êthos*³-*páthos-logos*. O orador interfere *deliberando* (à procura do mais útil, do conveniente, apontando *ornamentando* (à procura do elogioso, do honrável). os resultados projetivos possíveis), *defendendo* (à procura do justo, com base nos atos e dados já conhecidos, ou que se acredita conhecer) ou

Dessa forma, os gêneros retóricos estão todos localizados na zona média do *continuum* do mais ou menos de que trata Brockriede e estão atrelados aos campos da atividade humana em sua discursividade problemática espaço-temporal (o que é contrário à demonstração) e, portanto, situada sócio-historicamente: o futuro (*problematicidade máxima* – decisão quanto ao útil, mesmo diante da falta de critérios claros, definidos ou aceitos *a priori*, para dar respostas à questão), o passado (*grande problematicidade* – julgamento quanto ao que é justo, apesar das incertezas que os dados fornecem, da insegurança do processo), o presente (*fraca problematicidade* – adesão em relação ao

verossímil, ao que é aparentemente verdadeiro, já que a questão pode apenas parecer resolvida):

{Os} tempos de cada um desses são: para o que delibera, o futuro (pois aconselha a respeito das coisas que serão, estimulando ou desestimulando); para o que julga, o que veio a ser (pois a respeito dos atos realizados sempre, por um lado, um acusa e, por outro lado, outro defende); para o epidíctico, o principal é o presente (pois é de acordo com as coisas que existem que todos louvam ou censuram), embora muitas vezes se sirvam não só lembrando das coisas que foram, mas também formando imagens (conjecturando) das coisas que estão por vir (Retórica, I, 3, 1358^b)⁴.

O auditório, por sua vez, não é passivo nesse processo; a argumentação é interativa. Com suas

³ Em nossas transcrições de palavras gregas, preferimos a forma *êthos* (de ἦθος: *caráter, modo de ser*; com plural *êthe*, de ἦθη) para diferenciá-la de *éthos* (de ἔθος: *costume, hábito*; com plural *éthe*, de ἔθη). Além disso, procuramos manter a acentuação original de todas as outras palavras gregas a que fizemos referência ao longo do artigo: *lógos, páthos, dóxa* etc., ainda que imprópria às regras da língua portuguesa.

⁴ Nossa tradução para: “χρονοὶ δὲ ἐκάστου τούτων εἰσὶ τῶ, μὲν συμβουλευόντι ὁ μέλλον (περὶ γὰρ τῶν ἐσομένων συμβουλεύει ἢ προτρέπων ἢ ἀποτρέπων), τῶ, δὲ δικαζομένῳ ὁ γενόμενος (περὶ γὰρ τῶν πεπραγμένων αἰεὶ ὁ μὲν κατηγορεῖ, ὁ δὲ ἀπολογεῖται), τῶ, δ’ ἐπιδεικτικῶ, κυριώτατος μὲν ὁ παρών (κατὰ γὰρ τὰ ὑπάρχοντα ἐπαινοῦσιν ἢ ψέγουσιν πάντες), προσχρώνται δὲ πολλάκις καὶ τὰ γενόμενα ἀναμνησκόντες καὶ τὰ μέλλοντα προεικάζοντες.”

reações⁵ intelectuais e passionais, ele julga se a resposta é útil, justa ou bela; põe à prova a resposta; interroga sobre a pertinência das questões tratadas e sobre a legitimidade daquele que as responde. O discurso, por seu turno, fundado sobre o contingente, repousa no que será, no que teria sido, ou no que é possível ser ou não-ser (Meyer, 2007, p. 29),

É perceptível que nesses gêneros de problemáticas há uma estrutura comum em que é variável a presença de cada um dos componentes da trilogia retórica. Quando houver *problematicidade máxima*, a participação do *êthos* será determinante, pois quem fala, em razão de sua legitimidade, conquistada pelo *lugar* que ocupa no mundo⁶ ou construída pelo discurso, tem a possibilidade de pôr fim à questão, lançando mão de toda racionalidade e paixões. Quanto maior for a problematicidade, mais a institucionalização do *êthos* e a recorrência à paixão⁷ serão critérios de resposta, o que leva a questão a ser apresentada sob o ângulo daquele que a resolve (Meyer, 1994, p. 53).

Entretanto, mesmo que a instância retórica do *êthos* seja a que busque o assentimento a fim de reduzir as distâncias, apresentando respostas possíveis na via do preferível, não se pode, porém, apesar de toda força *ética* oriunda do dizer, da imagem pré-discursiva e do lugar que se ocupa, atribuir a alguém influente, que profere um discurso convencedor, unilateral, monogerido (como se a argumentação estivesse restrita aos discursos argumentados escritos), a responsabilidade absoluta do processo de adesão. Ora, adesão/assentimento requer coparticipação, coparcerias, cooperação, coautorias, corresponsabilidades... entendimentos, avaliações e ajustes entre as partes interessadas na questão. E é nesse sentido que, ao falarmos de *êthos*, não podemos nos limitar à instância unilateral de um orador competente, mas devemos entendê-lo, num sentido mais amplo, em condições de interação, como produto do embate dos *êthos* ativados nas trocas sociais circunstanciadas entre orador e auditório, que, ao revezarem as suas posições discursivas *ética-pathética* no processo dialogal e dialógico, constroem, desfazem, reconstróem, reformulam... as possíveis representações

⁵ Na persuasão, portanto, como Perelman (1987, p. 235) afirma: "Querer persuadir um auditor significa, antes de mais, reconhecer-lhe as capacidades e as qualidades de um ser com o qual a comunicação é possível e, em seguida, renunciar a dar-lhe ordens que expressem uma simples relação de força, mas sim procurar ganhar a sua adesão intelectual. Não se pode persuadir um auditório senão tendo em conta as suas reações, de modo a adaptar o seu discurso a estas reações".

⁶ Como afirmam Perelman e Tyteca: "As funções exercidas,

de si, para chegarem (ou não) a uma opinião partilhada. O embate dessas imagens se realiza no terreno do fortuito, no vário e no diverso discurso social que dá sentido e significado sob condições de múltiplos dizeres igualmente possíveis, mas imperfeitos dada a existência de possibilidades hermenêuticas não homólogas, distantes da unanimidade, próprias das contribuições individuais, subjetivas, sociais e históricas, não impositivas e orientadas, todas, à contingência dos juízos, das opiniões e interpretações, advinda da incompletude, insuficiência e equívocidade dos saberes e da parcialidade própria à opacidade da língua.

Onde há *grande problematicidade*, a questão ainda é incerta, mas há critérios que permitem *inventar* a solução. Na atividade judiciária, interroga-se muito mais a ocorrência dos fatos do que na epidíctica, e as fontes de resposta para o embate são os códigos e a jurisprudência. Nessa posição intermediária (entre a máxima e a mínima), há, portanto, meios comuns partilhados para se chegar ao que é justo, e os critérios de resolução culminam na autoridade do juiz que despacha de acordo com normas fixadas na lei.

Por último, onde há *fraca problematicidade*, o caráter do orador não é decisivo, já que não exerce forte influência sobre esse tipo de discurso. Por sua vez, as paixões da audiência limitam-se às reações convencionais e ao prazer estético, sem se pronunciar sobre a questão, sem contestar. O discurso, embora seja acentuado por qualificar coisas, eventos e pessoas, ele é construído de forma a oferecer o que a audiência busca ouvir. Para Meyer, as conversações corriqueiras e triviais possuem um caráter convencional semelhante, pois simplesmente nutrem as boas relações estabelecidas por meio da aceitação comum de fórmulas que agradam a todos.

Essa concepção, porém, a respeito do gênero epidíctico, não pode ser admitida em todos os casos em que dele se faz uso, pois, apesar da fraca problematicidade, ele tem o poder de manter e/ou aumentar a adesão aos valores *dóxicos*, fato esse relevante no processo argumentativo:

Ora, para nós, o gênero epidíctico é cen-

bem como a pessoa do orador, constituem um contexto cuja influência é inegável: os membros do júri apreciarão de modo diferente as mesmas observações pronunciadas pelo juiz, pelo advogado ou pelo promotor (2002, p. 363).

⁷ Aristóteles afirma: "ἔστι δὲ τὰ πάθη δι' ὅσα μεταβάλλοντες διαφέρουσι πρὸς τὰς κρίσεις οἷς ἔπεται λύπη καὶ ἡδονή" (*Retórica*, II, 1, 1378a), "São por causa das paixões que os homens mutantes diferem em relação às sentenças, aos quais dor e prazer acompanham."

tral, pois seu papel é o de intensificar a adesão a valores, sem os quais os discursos que visam à ação não poderiam encontrar a alavanca para comover e mover seus auditórios (Perelman, 2009, p. 38) ⁸

Para Perelman, a ideia de que esse gênero está mais preso à literatura do que à argumentação é produto de um entendimento equivocado do conceito de *belo* (equivalente à ideia de *bom*) em Aristóteles, pois enquanto para o filósofo a noção de *juízo de valor* é também constituinte do epidíctico, para a interpretação equivocada há apenas a de valor estético, de espetáculo discursivo, o que reduz e esvazia a sua força argumentativa. De fato, o poder está em seus efeitos de intensificação: à medida que a adesão aos valores é reforçada e a disposição para a ação recebe mais vigor, mais obstáculos são superados.

Nessa busca do assentimento do outro, é imprescindível a partilha de opiniões, de visões de mundo; é indispensável a coparticipação dos quadros de referência, das pressuposições, das crenças e valores e juízos; noutros termos, não é possível que a *dóxa* não seja levada em conta, já que ela é a responsável pela construção da identidade social, o que a faz pertencer ao campo do verossímil, do subjetivo, do falível, do parcial. Foi por esse caráter escorregadio da *opinião* que Platão criticou severamente a Retórica: à via da opinião (a *dóxa*) ele contrapôs a da ciência/o saber (a *epistème*).

Mas partilhar, em termos! Na verdade, a *dóxa* também deve estar regulada em seus níveis de aproximação para que a argumentação possa eclodir. Se, por um lado, é nas extremidades que os indivíduos experimentam a unicidade ou a diferença saturada, por outro lado, é na divisibilidade das pessoas – divisibilidade essa que se faz visível na zona intermédia do *continuum* do mais ou menos – que o papel da *dóxa* se aplica à argumentação, pois que, pondo em harmonia certos elementos, sem fazer iguais orador e auditório, ela torna a argumentação realizável.

Dessa forma, a Retórica-Argumentação:

- a) localiza-se na interação comunicativa interpessoal e interdependente, realizando-se por meio de pessoas nas menores instâncias discursivas do cotidiano;
- b) encontra-se nas mais diferentes perspectivas pelas quais é fundamentada e filtrada, mas

com existência de interesse mútuo na questão;

- c) situa-se na dimensão do problemático circunscrita na zona média do *continuum* do mais ou menos de uma lógica variável, em que a divisibilidade (a diferença) das pessoas é ainda passível de justificação, negociação, contestação e, portanto, de realização de atos sociais de argumentar pela ação multilateral do discurso circunstanciado, tanto dialógico quanto dialógico, conferindo interesse à perspectiva do outro.

A segunda questão que se impõe e que nos interessa neste momento é: A Retórica comporta uma única resposta necessária à questão dada?

De fato, apesar da consciência (pelo menos, aparente) de que lidamos com o incerto e com o provável, o anseio da mais alta inspiração ainda continua delineado pelo ser da certeza, fazendo com que se julgue a Retórica-Argumentação por uma bitola epistemológica que a binariza e a unidimensionaliza (certo ou errado), o que é altamente redutor, já que a multiplicidade, o problemático, o controverso, a interrogatividade, permanecem secundarizados.

O que se ainda percebe em muitos domínios da sociedade é que os efeitos daquela supremacia platônica do ser único, imutável, incontestável, tem continuamente incompatibilizado a valorização do complexo, do mutável, do refutável, pois, apesar de se afirmar que a Retórica se ocupa do verossímil e não da Verdade, esses efeitos do ideal platônico têm mascarado o espaço próprio da Retórica e, especialmente, a sua componente deliberativa. Ao ainda se desejar (mesmo que inconscientemente) *o necessário* e *o que é*, desvaloriza-se o aparente e o contingente; fora dessas condições ideais, é estar sujeito à manipulação das convicções, ao falso, à errância, à suspeição, à vanidade das opiniões, já que somente o suporte ontológico pode validar o discurso, entendido como expressão do *ser* em que se situa a *Verdade*.

Entretanto, de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca, é impossível um *fato* (e também uma *verdade* em sistemas complexos) ser estabelecido sem qualquer interferência do auditório. Se, por um lado, há objetos de acordo que incidem sobre o *preferível* (formados por objetos que indicam uma preferência: *valores e hierarquias*, e pelos que indicam o que é preferível: *lugares*),

⁸ Nossa tradução para: “Or, pour nous, le genre épídictique est central, car son rôle est d’intensifier l’adhésion à des valeurs,

sans lesquelles les discours visant à l’action ne pourraient trouver de levier pour émouvoir et mouvoir leurs auditeurs”.

e deles reconhecemos, sem oposição, as constantes (re)avaliações, por outro lado, há aqueles que incidem sobre o *real* (*fatos, verdades e presunções*, dos quais advêm os *juízos de realidade*) que, na perspectiva da argumentação, não escapam dessa natureza imprevisível, instável, modificável no tempo, pois sempre, quando se pretende empregá-los como premissas úteis, se deverá indagar o que se pensa sobre eles, se (ainda) são aceitos, se são suficientemente partilhados, se alcançaram – ainda que momentaneamente – a condição de não necessitarem receber reforço na adesão. O certo é que nenhum desses objetos tem o seu estatuto definitivamente assegurado, pois a qualquer momento todos podem ser confrontados com outros *fatos* e *verdades* aos quais não se acredita ser possível renunciar. O *Tratado da Argumentação* (p. 76) nos esclarece:

Não contamos com nenhum critério que nos permita, em todas as circunstâncias e independentemente da atitude dos ouvintes, afirmar que alguma coisa é um fato. Contudo, nós podemos reconhecer que existem certas condições que favorecem esse acordo, que permitem facilmente defender o fato contra a desconfiança ou a má vontade de um adversário: esse será esse o caso, notadamente, quando se dispõe de um acordo a respeito das condições de verificação; no entanto, assim que tivermos de efetivamente fazer intervir esse acordo, nós estamos em plena argumentação.

É nessa perspectiva que, hasteando a bandeira da multidimensionalidade, Grácio defende que o verossímil não é alguma coisa a que falte algo, não é parente pobre de nada ou de ninguém. Antes, remete para uma dinâmica convivencial em que o tempo da analiticidade difere da premência do agir e do decidir, e da qual o risco e a contingência não são elimináveis. Nesse sentido, Grácio acompanha Angenot (2008), Carrilho (2012), Plantin (1996, 1999), e entende que a tônica da argumentação não está em persuadir, mas em conviver; está na comunicação, entendida como ato de interação, de troca, em que as discórdias não implicam neces-

⁹ No *real retórico* intersubjetivo, as questões exigem *respostas* e não necessariamente *soluções*, uma vez que *soluções* admitem o esgotamento do problema e *respostas*, mais próprias ao mundo retórico, são decisões provisórias. Essa pertinente distinção foi feita por Manuel Maria Carrilho (2012, p. 702), quando diz: “Um cientista fala de uma solução quando o problema desaparece, quando deixa de haver problema. Ora isso é uma situação

sário rompimento do convívio humano (Bauman, 2006).

A Retórica clássica já examinava o que é bom para *esta* ou para *aquela* situação, buscava os melhores meios relativos ao que é persuasivo, embora não tivesse como finalidade última a persuasão, visto que a Retórica, além de não dar garantias de sucesso ao orador, buscava, de fato, a convivialidade, ou seja, a capacidade humana de favorecer as trocas recíprocas entre as pessoas. Noutros termos: argumentamos porque é preciso fazer compreender os nossos pontos de vista, porque é preciso saber lidar com as diferenças em cada caso.

Por sua vez, sistematizando-se a partir dos fundamentos teóricos da Retórica aristotélica, a Nova Retórica perelmaniana, com características do raciocínio prático, traz à tona a relevância da convivência com os sentidos múltiplos, com as leituras multívocas, com os conflitos interpretativos, com a variedade quotidiana, com os condicionamentos de épocas e de espaços, com a aceitação de que a *verdade possível* nada mais é do que a aceitação da *opinião* que estiver melhor e mais bem fundamentada entre as outras possíveis, sobre a qual se pretende firmar acordos, ainda que provisórios, a seu respeito.

Como se sabe, Perelman revalorizou a Retórica e se pôs à distância de toda espécie de forças coibentes das filosofias monistas, do cientificismo, dos absolutismos e dos dogmatismos. Noutros termos, ele revalorizou a arte da vida em que não há fundamentos absolutos e necessários, mas, sim, a liberdade e a pluralidade humanas.

De fato, a Escola de Bruxelas (Eugène Du-prél e seu pluralismo sociológico, Chaïm Perelman com a nova retórica e a racionalidade argumentativa, e Michel Meyer com a sua teoria da problematologia) nos tem apresentado a proposta de uma nova maneira de conceber a razão e a tematização pluralista da racionalidade, que lida com a problematidade, que nos insere nos vários domínios das atividades humanas e nos permite ler os usos múltiplos que fazemos da língua.

Nesse contexto, como são as provas argumentativas que auxiliam o processo de discernimento da melhor opinião, é natural, no domínio da ação, que o assentimento seja alcançado pela decisão

que nós não conhecemos em filosofia. O que nós temos são problemas que se tematizam (aparecem, desaparecem, mascaram-se etc.) tomando a forma de *respostas*. Mas estas respostas não são soluções. Em filosofia não há o tipo de solução que existe em ciência, exatamente porque não há um procedimento que permita fazer desaparecer o problema — e é nisso, nesse desaparecimento, que consiste a eficácia do método científico”.

e participação, ou seja, as questões são tematizadas sem, entretanto, oferecer-lhes solução⁹ baseada em verdade apodíctica. É nesse sentido que Christian Kock (2009, p. 76) afirma: “propostas e escolhas não podem ser ‘verdadeiras’ e não aspiram a isso”, nitidamente seguindo Aristóteles que, na *Ética a Eudemo*, 2, 1226^a1, já dizia: “... ademais, uma escolha não é verdadeira ou falsa”.¹⁰

Assim, uma escolha não pode ser considerada fora de um contexto multidimensional no qual o equilíbrio holístico dos vários fatores faz com que a seleção de uma resposta seja simultaneamente um palpite. Dito de outra maneira, que ela seja sempre uma proposta e não uma solução. É, aliás, esse carácter propositivo que faz com que a negociação seja um elemento constitutivo das dinâmicas convencionais.

Ora, como sempre estamos inseridos em contextos, ligados e afeiçoados a crenças e valores que nos unem e nos separam, é certo que a interação contínua que se dá na cena argumentativa é passível de muitos imprevistos. Não há garantias de que o conflitual seja eliminado, não é certo que o desacordo possa ser resolvido, não há opinião caucionada cuja eficácia esteja previamente garantida, de modo que, admitir opiniões divergentes é substituir a filosofia da evidência pela filosofia do razoável, apropriada à convivência humana pluralista. Por vezes, o melhor mesmo a fazer é apenas chegar a um acordo sobre a dissensão, a fim de se precisar o objeto da controvérsia irresolúvel.

Mas, esse carácter contingencial do discurso implica indefensabilidade? Trata-se de *verdade* opinativa cujos juízos de valor não possam ser preferidos? Ora, as respostas dadas a assuntos em questão são indissociáveis de valorações pessoais “mas – diz-nos Grácio –, nem por isso arbitrárias, injustificáveis, indefensáveis ou não susceptíveis de reforço perante quem delas discorda” (Grácio, 2010, p. 15).

É verdade que a ótica da Nova Retórica rebate a intolerância naturalmente provocada pela ideia de uma Verdade que exclui todo o discurso que com ela não coincida. Entretanto, ela não só põe em questão o envolvimento fanático daquele que adere a um ponto de vista que, embora seja por natureza questionável, foi acolhido como absoluto, mas também problematiza a ausência de envolvimento por ceticismo, sob a alegação idealista de que um ponto de vista não pode receber *status* definitivo. Ora, nem uma nem outra dessas extremi-

dades; a argumentação, na “multiplicidade fluida das opiniões, das emoções, das reviravoltas possíveis”¹¹ (Meyer, 2005, p. 41) visa, de fato, a promover uma escolha pessoal, razoável e responsável entre as possíveis verdades não uníssonas, já que não implica noções de verdade/falsidade, de certo/errado na forma binária:

Como a prova retórica jamais é totalmente necessária, o espírito que dá sua adesão às conclusões de uma argumentação o faz por um ato que o envolve e pelo qual é responsável. O fanático aceita esse envolvimento, mas como alguém que se inclina ante uma verdade absoluta e irrefragável; o cético recusa esse envolvimento, a pretexto de que ele não lhe parece poder ser definitivo. Recusa-se a aderir porque tem da adesão uma ideia que se assemelha à do fanático: ambos desconhecem que a argumentação visa a uma escolha entre possíveis; propondo e justificando a hierarquia deles, ela tenciona tornar racional uma decisão. Fanatismo e ceticismo negam essa função da argumentação em nossas decisões. Tendem ambos a deixar, na falta de razão coerciva, campo livre à violência, recusando o envolvimento da pessoa (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2002, p. 69-70).

Se, por um lado, é verdade que, no mundo do verossímil, todo argumento é intrinsecamente discutível, também é certo que todos os objetos de acordo concernentes ao *preferível*, cuja impossibilidade de experiência e de verificação não permite o acordo universal, podem, sim, ser aceitos por escolha justificada, pela razoabilidade que as opções apresentadas portam consigo. A esse respeito, Kock adverte:

O fato de que, em matéria de escolha, nenhum dos argumentadores necessariamente será forçado a retirar o seu ponto de vista e, inversamente, o de que ninguém pode “provar” conclusivamente o seu ponto de vista é também a razão por que todos os recursos da argumentação: *ethos* e *pathos*, seletividade tópica, audiência, adaptação, os dispositivos de apresentação e outros, geralmente serão convocados. (...)

No entanto, é problemático quando os teóricos da argumentação veem retórica

¹⁰ Nossa tradução para “...ἔτι οὐκ ἔστι προαίρεσις ἀληθῆς ἢ Ψευδῆς”.

¹¹ Nossa tradução para: “...multiplicité fluide des opinions, des émotions, des revirements possibles”.

como principal, ou mesmo exclusivamente definida pelo desejo dos argumentadores de persuadir. Tal definição truncada faz com que teóricos se esqueçam do que a maioria dos pensadores retóricos sempre soube, ou seja, que a argumentação concernente à escolha de ação é um domínio distinto com características distintas (Kock, 2009, p. 77).¹²

A *Nova Retórica*, na base da racionalidade argumentativa, aponta a busca da negociação, a busca de racionalidade compartilhada em meio ao universo inquietante do verossímil, do universo dos conhecimentos prováveis e da controvérsia. Como já dizia David Zarefsky (1995): “Devemos ver a argumentação como a prática de justificar decisões sob condições de incerteza”. E, de fato, nessas condições contingenciais, a abertura para o múltiplo e o não-coercitivo é a palavra-chave da racionalidade.

As últimas linhas do *Tratado da Argumentação* insistem nessa condição pragmática inerente à Retórica-Argumentação, dependente das opiniões e convicções, dos hábitos e comportamentos, das paixões e aspirações dos auditórios na interação interpessoal e, ainda, dependente do modo como cada um se insere no mundo e o perspectiva na zona do problemático. Dessa forma, as premissas da argumentação não se dão em espaço abstrato de raciocínio; são, na verdade, apreciadas em seu modo de ação sobre o espírito humano e estão associadas ao exercício da liberdade humana.

Kock, ao falar sobre as características distintivas da argumentação, enfatiza a noção de *escolha*. Nem coerciva, nem arbitrária; nem verdade objetiva, nem recurso à violência; nem falsa, nem verdadeira; simplesmente, retoricamente preferível entre outras possíveis, produto de uma racionalidade argumentativa que justifica a tomada de posição por meio de razões sociais de ordem prática:

...na argumentação a respeito de escolha

¹² Nossa tradução para: “The fact that, in matters of choice, none of the arguers will necessarily be forced to retract his standpoint, and, conversely, that none can conclusively “prove” his standpoint, is also the reason why all the resources of rhetorical argumentation: ethos and pathos, topical selectivity, audience adaptation, presentational devices, and more, will usually be mustered. (...) Nevertheless it is problematic when theorists of argumentation see rhetoric as primarily or even exclusively defined by the arguer’s wish to persuade. Such a truncated definition allows theorists to forget what a most rhetorical thinkers have always known, namely that argumentation concerning choice of action is a distinct domain with distinctive features”.

¹³ Nossa tradução para: “...in argumentation about choice of

de ação, um desacordo razoável pode existir e persistir indefinidamente; nesse domínio não ocorre o caso em que um dos dois argumentadores opostos possa provar conclusivamente o seu ponto de vista, ou que seja forçado a retrai-lo, mas é um domínio rico em recursos pelos quais argumentadores podem influenciar outras adesões individuais. Quando um problema é realmente uma questão de escolha, como na deliberação política e na esfera cívica de modo geral, a argumentação retórica desempenha um papel central e indispensável, precisamente porque “escolha não é verdadeira ou falsa”. Cada indivíduo, legislador ou eleitor frequentemente tem opções a confrontar; retórica é uma prática social que nos ajuda a escolher (Kock, 2009, p. 77-78)¹³.

Referências

- Angenot, M. (2008). *Dialogues de sourds. Traité de rhétorique antilogique*. Paris : Mille et une Nuit.
- Aristóteles (2005). *Ética a Eudemo*. Lisboa: Tribuna da História.
- Bauman, Z. (2006). *Amor líquido*. Lisboa: Relógio de Água.
- Brockried, W. (1975). Where is argument?. *Journal of the American Forensic Association*, (XIII): 129-132. [Artigo traduzido para o português sob o título: “Onde está a argumentação?”, por Rui Grácio e Ricardo Grácio (2009). *Comunicação e Sociedade*, 16, 13-17].
- Carrilho, M. M. (2012). *Pensar o mundo*. 2 vols. Coimbra: Grácio Editor.
- Grácio, R. A. (1993). *Racionalidade Argumentativa*. Porto: Edições ASA.

action reasonable disagreement may exist and persist indefinitely; in that domain it is not the case that one of two opposed arguers may conclusively prove his standpoint, or be forced to retract it; but it is a domain rich in resources by which arguers may influence other individuals’ adherence. When an issue is truly a matter of choice, as in political deliberation and the civic sphere generally, rhetorical argumentation plays a central and indispensable part, precisely because “choice is not true or false”. Every individual, legislator or voter regularly has choices to face; rhetoric is a social practice that helps us choose”.

- Grácio, R. A. (2009). Com que é que se parece uma argumentação? Representações sociais do argumentar. *Comunicação e Sociedade*, 16, 101-122.
- Grácio, R. A. (2010). *A interação argumentativa*. Coimbra: Grácio Editor.
- Grácio, R. A. (2013). *Perspetivismo e Argumentação*. Coimbra: Grácio Editor/Instituto de Filosofia da Linguagem.
- Kock, C. (2009). Choice is not true or false: the domain of rhetorical argumentation. *Argumentation*, 61 - 80.
- Meyer, M. (2005). *Qu'est-ce que l'argumentation?*. Paris: Vrin.
- Meyer, M. (2007). *A retórica*. Tradução de Marly N. Peres. São Paulo: Ática, (Série Essencial).
- Meyer, M. (1998). *Questões de retórica: linguagem, razão e sedução*. (Trad. A. Hall). Lisboa: Edições 70, (Nova Biblioteca 70).
- Meyer, M. (1994). As bases da retórica. In M. M. Carrilho (coord.), *Retórica e Comunicação* (pp. 31-70). (Trad. F. Martinho). Lisboa: Edições Asa.
- Plantin, C. (2001). L'argumentation entre discours et interaction. In J. J. de B. Tovar (coord), *Lengua, discurso, texto: I Simposio Internacional de Análisis del Discurso*, vol. 1 (pp. 71-92). Espanha: Visor.
- Plantin, C. (1999). La interacción argumentativa. *Escritos*, 17/18, 23-49.
- Plantin, C. (1996). *L'argumentation*. Paris: Seuil.
- Perelman, C. & Olbrechts-Tyteca, L. (2001). *Tratado da Argumentação. A Nova Retórica*. (Trad. M. E. Galvão). São Paulo: Martins Fontes.
- Perelman, C. & Olbrechts-Tyteca, L. (2009). *L'Empire Rhétorique: Rhétorique et Argumentation*. 2e éd. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin.
- Zarefsky, D. (1995). Argumentation in the Tradition of Speech Communication Studies. In F. van Eemeren, R. Grootendorst, J. A. Blair & C. A. Willard (eds.), *Perspectives and approaches: Proceedings of the Third International Conference on Argumentation*, vol. 1 (pp. 32-52). Amsterdam: SICSA, International Society for the Study of Argumentation.